



Relatório e Contas

Exercício 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO

No cumprimento das disposições Estatutárias, a Direção da Gira Sol - Associação de Desenvolvimento de Febres, vem apresentar e submeter o Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2017, para que seja apreciado pelo órgão deliberativo a correspondente Conta Anual da Associação.

Este é sem dúvida um ato da maior importância e significado para a nossa Instituição, no qual, de uma forma responsável e transparente, a direção apresenta a seu desempenho do ano transato, permitindo aos nossos Associados a sua avaliação.

Este é, também, o momento oportuno para que os Senhores Associados possam questionar-nos sobre matérias que Vos suscitem dúvidas e/ou preocupações e sugerir-nos a adoção de medidas que entendam por mais adequadas aos fins em vista da n/ Instituição.

Assim, este relatório tem como objetivos:

1. Explicitar os aspetos mais relevantes da atividade financeira da Associação, no que concerne ao desempenho económico e financeiro, nos domínios dos rendimentos/receitas, dos gastos/despesas e de tesouraria;
2. Apresentar a situação económica relativa ao exercício, analisando a evolução da gestão nos diferentes sectores da atividade, designadamente no

que respeita ao investimento, dívidas de curto prazo, médio e longo prazos, financiamento externo e condições de funcionamento;

3. Analisar a situação financeira da Associação, do ponto de vista patrimonial, considerando o balanço e a demonstração de resultados.

Neste momento em que se avalia a capacidade de execução que foi proposta em Plano de Atividades e Orçamento, confronta-se o que se propôs para o exercício de 2017 com o que foi efetivamente realizado pela direção em funções.

AGRADECIMENTOS

No decurso do exercício das nossas funções sempre encontrámos nos Colaboradores da Instituição, nos Fornecedores, nos Parceiros, na Segurança Social, na Junta de Freguesia de Febres, na Câmara Municipal de Cantanhede e na população em geral a boa colaboração e o empenhamento necessários, para ultrapassar as dificuldades.

Espera assim, a Direção da Gira Sol - Associação de Desenvolvimento de Febres com a maior humildade, que os Senhores Associados se revejam nestes documentos, esperando igualmente merecer a aprovação deste relatório e contas relativo ao exercício de 2017

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados:

Nos termos estatutários, fizemos a análise e verificação da documentação apresentada pela Direção, relativa ao relatório de gestão e conta de gerência do ano de 2017.

Foram pedidas à Direção, as explicações que foram consideradas indispensáveis ao exercício das nossas funções.

O Conselho Fiscal, apreciou o relatório de gestão e conta de gerência do ano de 2017 e concluiu que os mesmos satisfazem os requisitos legais e estatutários.

Nestes termos, somos de parecer:

- 1) Que o relatório de gestão e conta de gerência do ano de 2017, estão em condições de serem aprovados pela Assembleia Geral;
- 2) Que se dê um voto de louvor à Direção, pela forma empenhada como vêm conduzindo os destinos da Instituição.

Febres, 16 de março de 2018

O Conselho Fiscal

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

1. GIRA SOL – EVENTOS SÓCIO-CULTURAIS

A Gira Sol durante o exercício de 2017 definiu a prossecução dos seus objetivos, sempre assente nos princípios que já a caracterizam da ética, profissionalismo, dedicação e humildade, trabalhando sempre em prol de um desenvolvimento sustentado para a região de Febres e suas povoações limítrofes.

Desta forma, a Associação apresenta-se como uma referência em todas as valências que desenvolve, desde os aspetos sociais, através do Jardim de Infância, dos aspetos culturais com o Jornal AuriNegra, até aos aspetos desportivos, por meio da sua equipa de atletismo. A Gira Sol tem sido parte integrante no progresso social de toda a região centro.

Obrigado, a todos os que directa ou indirectamente ajudaram e continuam a ajudar a Gira Sol a defender causas tão nobres, tendo sempre por base a criação de novas e melhores condições, que permitam às gerações futuras ter um crescimento de elite.

2. JORNAL AURINEGRA

Os objectivos planeados para o Jornal AuriNegra no decorrer do ano de 2017, foram na sua generalidade alcançados.

A conjuntura sócio-económica que assistimos nos últimos anos, reflectiu-se na diminuição do valor das assinaturas obtidas bem como no valor das publicidades angariadas.

A equipa que constitui o Jornal AuriNegra, trabalhou afincadamente para preservar a qualidade que o mesmo está habituado a transmitir aos seus leitores, o que permitiu alargar o número de bancas e de estabelecimentos de distribuição do jornal nas suas zonas de influência, e ainda, realizar diversos dossiers especiais: Aniversário, Expofacic e Natal.

No decorrer do ano de 2017, não abdicámos das exigências de imparcialidade nas matérias compreendidas, durante as doze edições elaboradas, permitindo assim consolidar a posição do Jornal AuriNegra no mercado.

A estratégia implementada, possibilitou solidificar o âmbito de actuação do jornal, tendo como parte integrante as zonas de Febres, Cantanhede, Mira, Tocha e Coimbra, apresentando-se como um jornal em franco crescimento nas suas áreas de influência.

3. ATLETISMO

A equipa Gira Sol no decorrer da época desportiva 2016/ 2017 conseguiu alcançar os objetivos a que se propôs.

O crescimento da equipa foi evidente desde as suas camadas jovens até às equipas seniores, sendo de destacar os feitos conseguidos pelos novos atletas, fruto da aposta na formação.

Este desenvolvimento sustentado na formação só foi possível com o esforço e dedicação da estrutura técnica, composta por 1 coordenador desportivo e 3 técnicos devidamente organizados e preparados para formar e trabalhar com atletas de valor reconhecido a nível Nacional, entre os já 76 atletas federados.

- Época 2016/ 2017

Posições alcançadas nos diversos Campeonatos:

- Campeonato de Clubes – 8.º Lugar I Divisão – Pista Coberta – Masculinos;
- Campeonato de Clubes – 5.º Lugar II Divisão – Pista Ar Livre – Masculinos;
- Campeonato de Clubes – 5.º Lugar II Divisão – Pista Coberta – Femininos;
- Campeonato de Clubes – 5.º Lugar II Divisão – Pista Ar Livre – Femininos;
- Campeonato Distrital Absoluto Masculinos – 2.º Lugar Pista Coberta e 4º Lugar Ar Livre
- Campeonato Distrital Absoluto Femininos – 2.º Lugar Pista Coberta e 6º lugar Ar Livre
- Campeonato Distrital de Juniores - – 1.º Lugar – Pista Coberta – Masculinos;

- Campeonato Distrital de Juniores - – 4.º Lugar – Pista Ar Livre – Masculinos;
- Campeonato Distrital de Juniores - – 2.º Lugar – Pista Coberta – Femininos;
- Campeonato Distrital de Juniores - – 4.º Lugar – Pista Ar Livre – Femininos;

Medalhas Individuais Obtidas:

- Medalhas Internacionais conquistadas -3;
- Medalhas Nacionais conquistadas - 12;
- Medalhas Distritais conquistadas - 321;

Atletas Seleccionados:

- Atletas seleccionados para equipas nacionais - 3;
- Atletas presentes em Campeonatos da Europa - 4;
- Atletas presentes em Campeonatos do Mundo - 1;

A todos os que apoiaram e continuam a apoiar o crescimento da equipa Gira Sol, a Direção da Gira Sol vem humildemente agradecer a sua colaboração.

4. PAVILHÃO MULTIUSOS

Uma área coberta de mais de 1.900 metros quadrados devidamente equipada para atividades desportivas e importantes competições em várias modalidades, dispendo também de excelentes condições para a realização de eventos culturais e artísticos de grande dimensão. Esta é a síntese descritiva do Pavilhão Multiusos de Febres que foi inaugurado em 9 de julho, com a presença de muitas centenas de pessoas.

O ambiente geral era de entusiasmo festivo, o que de resto transpareceu do teor das intervenções das entidades que assinalaram o acontecimento, depois da bênção das instalações pelo Padre Adalberto Kubrak, Pároco da Unidade Paroquial de Febres.

Para o presidente da Câmara Municipal, João Moura, trata-se de *“uma infraestrutura que dignifica as entidades que promoveram a sua construção, prestigia a Freguesia de Febres e o Município de Cantanhede, mas sobretudo honra uma comunidade empreendedora, laboriosa e persistente, muito persistente, daquelas que nunca desiste, mesmo perante a adversidade”*.

O autarca enalteceu a propósito as pessoas mais diretamente envolvidas no processo, às quais deixou *“um testemunho de apreço pela ação que desenvolveram para tornar possível este empreendimento de assinalável qualidade e dimensão e pela perseverança que evidenciaram na superação das dificuldades, particularmente à Gira Sol – Associação de Desenvolvimento de Febres, na pessoa do seu presidente, Vitor Catarino, que nunca desistiu de mobilizar os esforços e vontades necessários à concretização da obra, incluindo naturalmente as entidades que cooperaram no sentido da sua viabilização”*.

João Moura recordou que *“o projeto se iniciou com a cedência do terreno por parte da Câmara Municipal, com a oferta do projeto de arquitetura e com a atribuição de uma verba pecuniária para participar a edificação da estrutura de betão, tendo prosseguido depois com a ação da Gira Sol, que contou sempre para o efeito com o apoio ativo do povo de Febres, dos que cá vivem, daqueles que residem noutras cidades e regiões do país e dos emigrantes”*.

Segundo o líder do executivo camarário, *“não obstante as circunstâncias adversas que se viveram em certos períodos, a chama da construção do Pavilhão Multiusos nunca se apagou e foi isso que tornou possível a obtenção do avultado financiamento comunitário que permitiu concluir a obra”*.

“Um dia de festa, uma hora de júbilo, um momento de alegria”. Assim se referiu o presidente da Gira Sol, Vitor Catarino, à inauguração Pavilhão Multiusos de Febres, *“uma realidade só possível graças ao trabalho de alguns e ao apoio de muitos, pessoas e instituições. Desde logo à União Europeia, cujo apoio foi fundamental, ao Estado português, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e seus sucessivos presidentes, à*

Câmara Municipal de Cantanhede, ao seu Presidente, a todos os vereadores, técnicos e demais colaboradores, à Junta de Freguesia de Febres, às associações que têm estado ao nosso lado e a todos aqueles que ao longo destes q5 anos deram o seu contributo”.

Aquele responsável assinalou o facto de, além da valência desportiva, o Pavilhão Multiusos dispor de *“um palco de invulgar dimensão e sofisticação, permitindo acolher as mais diversas iniciativas culturais e sociais, como, por exemplo, teatro, ópera, concertos, bailado e todo o tipo de espetáculos, bem como palestras, feiras e exposições, congressos, conferências, reuniões e festas de empresas, desfiles de moda, lançamento de produtos, etc. É um equipamento que dá para quase tudo, é um equipamento que, verdadeiramente, é de todos e para todos”*, sublinhou.

Por seu lado, o presidente da Junta de Freguesia de Febres, Carlos Alves, enfatizou o valor do pavilhão, por aquilo que *“pode reverter em favor da evolução cultural, desportiva e recreativa da nossa terra e das nossas gentes, permitindo a realização de múltiplas incitativas, para benefício da freguesia, do concelho e da região”*.

O autarca manifestou, em nome da Junta de Freguesia *“o reconhecimento devido à Gira Sol, uma grande mais-valia desde a sua fundação”*, e agradeceu *“aos homens e mulheres que têm trabalhado para o bem comum na dinamização de atividades culturais, desportivas, sociais e recreativas, o que na prática constitui o principal fator de mobilização da comunidade para a concretização deste e de outros equipamentos coletivos”*.

5. JARDIM DE INFÂNCIA

A valência Creche/Jardim de Infância Gira Sol, tem como principal objectivo ajudar os seus utentes no seu crescimento físico e psíquico. Para isso, ao longo do ano lectivo foram desenvolvidas várias temáticas que permitem a interacção entre as crianças, começando desde logo, a desenvolver aspectos muito importantes para o seu saudável desenvolvimento.

O ano lectivo transacto não foi excepção, tendo sido abordado no projeto Educativo o tema “**Uma Viagem pelo Brincar**”, baseado em dois aspectos que são fulcrais para esta área de intervenção, nomeadamente:

- a criança e a construção do seu eu, considerando desde logo que as idades de Creches e Jardim de Infância abarcam fases tão importantes como o adquirir da fala, o adquirir da função motora, a apreensão de normas de higiene, e de normas de alimentação;
- a criança e as suas relações, quer no seu seio familiar, quer com o meio que a rodeia, e com a Instituição, visando desde logo a construção da consciência e o inculcar das correctas regras de vivência em sociedade.

Algumas das atividades desenvolvidas contaram com a participação dos encarregados de educação, dado que as ligações familiares apresentam um papel fundamental no desenvolvimento das crianças. Assim, os pais estiveram presente para assinalar o Carnaval, Dia do Pai, Dia da Mãe, e ainda foram intervenientes directos na festa de Natal realizada para os seus filhos.

As componentes musical e desportiva, também foram áreas abrangidas ao longo de todo o ano lectivo, frequentando os utentes aulas semanais de música, ginástica, inglês, dança criativa e ainda, algumas crianças com permissão dos encarregados de educação, desenvolveram aulas de natação, na Piscina Municipal de Cantanhede.

Devemos ainda realçar o facto de, terem sido organizadas algumas visitas fora das instalações, as quais se relevaram um enorme sucesso.

A instituição esteve aberta aos utentes, na última quinzena de Agosto, uma vez que as necessidades dos utentes estão sempre em primeiro lugar para a Gira Sol.

A Creche/Jardim de Infância Gira Sol, apresentou no ano letivo transacto, uma frequência média na ordem dos 75 utentes, que denota a imagem de credibilidade e fiabilidade que a Associação Gira Sol apresenta desde a sua existência.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Análise da Estrutura e do Balanço

O Balanço apresenta a posição do património da Associação, referente ao encerramento do exercício estruturando-se através das massas do Ativo e do Passivo, desenvolvidas cada uma delas em agrupamentos que representam elementos patrimoniais homogéneos:

- O Ativo reconhece os bens e direitos, assim como os possíveis gastos diferidos;
- O Passivo reconhece as obrigações e os rendimentos diferidos;
- Fundos Patrimoniais, é a diferença entre o Passivo e o Ativo.

Estrutura dos Ativos

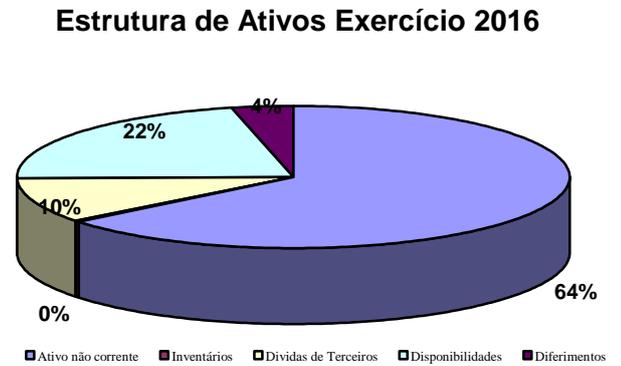
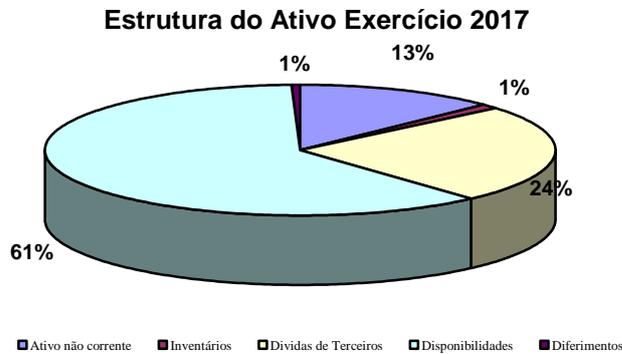
A estrutura da Associação, bem como a sua evolução no exercício 2017, face ao balanço final à data de 31/12/2016, é a que a seguir se apresenta:

Quadro n.º 1
Estrutura e Evolução Patrimonial da Associação

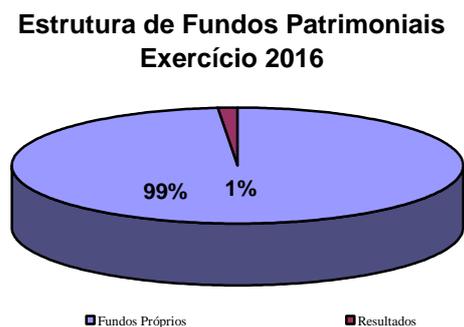
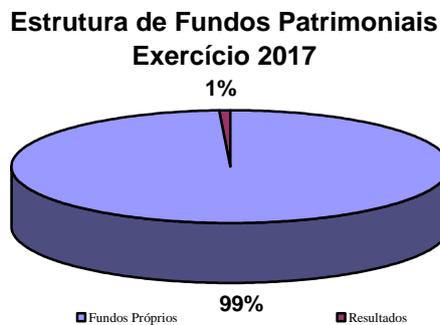
Descrição	Exercício 2017		Exercício 2016		Variação
	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativo não corrente	36,317.45	12.86%	557,782.93	197.56%	-521,465.48
Existências	3,119.32	1.10%	3,264.01	1.16%	-144.69
Dívidas de terceiros	68,764.01	24.36%	88,539.15	31.36%	-19,775.14
Disponibilidades	172,445.27	61.08%	189,096.33	66.98%	-16,651.06
Diferimentos	1,689.29	0.60%	30,445.09	10.78%	-28,755.80
Ativo	282,335.34	100.00%	869,127.51	307.84%	-586,792.17
Fundo Social	238,903.72	99.20%	737,876.78	306.38%	-498,973.06
Resultados	1,932.45	0.80%	9,484.98	3.94%	-7,552.53
Fundos Próprios	240,836.17	100.00%	747,361.76	310.32%	-506,525.59
Dívidas a terceiros - M/L prazo		0.00%		0.00%	0.00
Dívidas a terceiros - curto prazo	41,442.57	99.86%	104,198.92	251.09%	-62,756.35
Diferimentos	56.60	0.14%	17,566.83	42.33%	-17,510.23
Passivo	41,499.17	100.00%	121,765.75	293.42%	-80,266.58

Pelos valores apresentados constata-se que o Ativo diminui cerca de 586 mil euros neste exercício e o passivo diminui cerca de 80 mil euros. Estas variações resultam do desconhecimento do ativo “Pavilhão Multiusos”, uma vez que a propriedade pertence desde este ano ao Município.

A estrutura dos Ativos é a que a seguir se apresenta graficamente sendo que, as variações mais significativas, em termos absolutos, ocorreram nas Dívidas de e a Terceiros e nas Disponibilidades.

Figura n.º 1


Estrutura dos Fundos Próprios

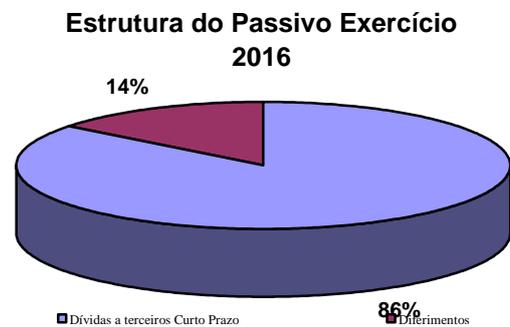
Figura n.º 2


À data de 31 de Dezembro de 2017, os Fundos Patrimoniais da Associação eram de 238.903,72€. Os Resultados Líquidos do Exercício situam-se nos 1.932,45 €.

Estrutura do Passivo

O Passivo da Associação resume-se a duas rubricas: dívidas a terceiros com 41.442,57 € e diferimentos com 56,60 €.

Figura n.º 3



Demonstração de Resultados

No que respeita à atividade desenvolvida ao longo do ano económico, verificou-se um total de gastos no montante de 339.195,39 € e de rendimentos no valor de 341.127,84 €. Desta situação resultou um resultado líquido positivo de 1.932,45 €, que se reflete do seguinte modo:

Quadro n.º 2

Demonstração de Resultados Executado vs. Orçamentado

Descrição	Exercício 2016		Orçamento 2017		Exercício 2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Gastos						
Custo das mercadorias vendidas	15,976.10	4.72%	18,052.72	5.02%	17,438.55	5.14%
Fornecimentos e serviços externos	83,697.36	24.73%	88,541.33	24.60%	74,083.37	21.84%
Gastos com o pessoal	229,068.80	67.69%	244,367.98	67.90%	237,974.44	70.16%
Gastos de depreciação e amortização	6,907.97	2.04%	6,861.53	1.91%	8,305.87	2.45%
Perdas por imparidade	0.00	0.00%		0.00%		0.00%
Perdas por reduções de justo valor	0.00	0.00%		0.00%		0.00%
Provisões do exercício	0.00	0.00%		0.00%		0.00%
Outros gastos e perdas	2,208.17	0.65%	1,330.00	0.37%	1,196.49	0.35%
Gastos e perdas de financiamento	554.15	0.16%	750.00	0.21%	196.67	0.06%
Total	338,412.55	100.00%	359,903.57	100.00%	339,195.39	100.00%
Rendimentos						
Vendas	208.60	0.06%	5,700.00	1.57%		0.00%
Prestações de serviços	94,203.35	27.08%	113,535.30	31.24%	86,870.59	25.47%
Subsídios, doações e legados à exploração	238,151.55	68.45%	238,031.80	65.50%	242,955.03	71.22%
Reversões	0.00	0.00%		0.00%		0.00%
Outros rendimentos e ganhos	13,730.64	3.95%	5,972.40	1.64%	11,143.51	3.27%
Juros, dividendos e outros rendimentos	1,603.39	0.46%	160.00	0.04%	158.71	0.05%
Total	347,897.53	100.00%	363,399.50	100.00%	341,127.84	100.00%
Resultado Líquido do Exercício	9,484.98		3,495.93		1,932.45	

Uma análise de estrutura permite-nos concluir que, em termos de custos, o maior peso se concentra nos gastos com Pessoal (70,16%), logo seguido dos Fornecimentos e Serviços de Terceiros (21,84%).

Relativamente aos rendimentos verifica-se que a sua origem está repartida pelas prestações de serviços (25,47%) e Subsídios à Exploração (71,22%).

Quadro n.º 3

Gastos e Perdas (Executado vs. Orçamentado)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PREVISIONAIS	Execução	Orçamento	Execução	Execução
Descrição	2016	2017	2017	Variação
Gastos e perdas				
61 Custo das mercadorias vendidas	15,976.10	18,052.72	17,438.55	-614.17
62 Fornecimentos e serviços externos	83,697.36	88,541.33	74,083.37	-14,457.96
63 Gastos com o pessoal	229,068.80	244,367.98	237,974.44	-6,393.54
64 Gastos de depreciação e amortização	6,907.97	6,861.53	8,305.87	1,444.34
65 Perdas por imparidade	0.00	0.00	0.00	0.00
66 Perdas por reduções de justo valor	0.00	0.00	0.00	0.00
67 Provisões do exercício	0.00	0.00	0.00	0.00
68 Outros gastos e perdas	2,208.17	1,330.00	1,196.49	-133.51
69 Gastos e perdas de financiamento	554.15	750.00	196.67	-553.33
Totais Classe	338,412.55	359,903.57	339,195.39	-20,708.18

O total de gastos e perdas previstos, em sede de orçamento, para o exercício de 2017 foi de 359.903,57 euros. O realizado foi de 339.195,39 euros. Relativamente ao orçamento, regista-se um desvio negativo de 20.708,18 euros.

Quadro n.º 4

Custos das Mercadorias vendidas (Executado vs. Orçamentado)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PREVISIONAIS	Execução	Orçamento	Execução	Desvio
GASTOS	2016	2017	2017	2017
61 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	15,976.10	18,052.72	17,438.55	-614.17
612 MATERIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	15,669.50	15,502.72	17,438.55	1,935.83
6121 MATERIAS-PRIMAS	15,669.50	15,502.72	17,438.55	1,935.83
614 MATERIAIS DE CONSUMO	306.60	2,550.00	0.00	-2,550.00
6143 MATERIAL DE REPRESENTAÇÃO E PROPAGANDA	306.60	2,550.00		-2,550.00

A rubrica de custos das mercadorias registou um desvio negativo de 614,17 euros, isto é, não ultrapassou o orçamentado.

Quadro n.º 5

Gastos com pessoal (Executado vs. Orçamentado)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PREVISIONAIS	Execução	Orçamento	Execução	Desvio
GASTOS	2016	2017	2017	2017
63 GASTOS COM PESSOAL	229,068.80	244,367.98	237,974.44	-6,393.54
632 REMUNERAÇÕES DO PESSOAL	188,881.56	195,767.09	193,275.42	-2,491.67
6321 VENCIMENTO BASE	153,737.92	154,698.54	166,343.96	11,645.42
6322 SUBSIDIO DE FERIAS	13,384.59	12,891.55	6,218.87	-6,672.68
6323 SUBSIDIO DE NATAL	13,384.58	13,502.40	6,218.87	-7,283.53
6324 OUTROS (PRÉMIO)		4,870.60	5,910.96	1,040.36
6325 DIUTURNIDADES	3,780.00	6,174.00	5,562.20	-611.80
6327 ABONO PARA FALHAS		0.00		0.00
6329 SUBSIDIO DE REFEIÇÃO	4,594.47	3,630.00	3,020.56	-609.44
635 ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES	39,184.44	45,632.56	42,290.26	-3,342.30
636 SEGUROS DE ACIDENTES TRABALHO	397.80	1,696.26	1,193.40	-502.86
638 OUTROS CUSTOS COM PESSOAL	605.00	1,272.08	1,215.36	-56.72

A rubrica de gastos com pessoal registou um total de 237.974,44 euros e um desvio negativo de 6.393,54 euros.

Quadro n.º 6 Fornecimentos e Serviços Externos (Executado vs. Orçamentado)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PREVISIONAIS GASTOS	Execução 2016	Orçamento 2017	Execução 2017	Desvio 2017
62 FORNECIMENTOS E SERV. EXTERNOS	83,697.36	88,541.33	74,083.37	-14,457.96
621 SUBCONTRATOS	2,471.00	6,094.00	6,283.09	189.09
622 SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	20,671.76	29,662.59	17,806.89	-11,855.70
6221 TRABALHOS ESPECIALIZADOS	7,099.01	6,056.63	4,582.05	-1,474.58
6222 PUBLICIDADE E PROPAGANDA		210.00	582.95	372.95
6223 VIGILANCIA E SEGURANÇA	1,816.53	411.84	97.12	-314.72
6224 HONORÁRIOS	8,454.20	17,524.12	10,671.53	-6,852.59
6225 COMISSÕES		0.00		0.00
6226 CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	3,302.02	5,460.00	1,873.24	-3,586.76
623 MATERIAIS	6,845.89	6,619.71	3,256.99	-3,362.72
6231 FERRAM. E UTENS. DESG. RAPIDO	4,629.39	4,450.00	1,241.34	-3,208.66
6232 LIVROS E DOC. TÉCNICA/REVISTAS		150.00		-150.00
6233 MATERIAL DE ESCRITÓRIO	2,206.10	1,869.71	1,815.65	-54.06
6234 ARTIGOS PARA OFERTA	10.40	150.00	200.00	50.00
624 ENERGIA E FLUIDOS	14,005.95	12,232.22	15,252.51	3,020.30
6241 ELECTRICIDADE	4,548.54	4,660.00	4,920.01	260.01
6242 COMBUSTÍVEIS	8,649.06	6,260.00	9,401.16	3,141.16
6243 AGUA		808.35	931.34	-380.88
625 DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES	264.50	360.00	839.75	479.75
6251 DESLOCAÇÕES E ESTADAS	264.50	360.00	839.75	479.75
6252 TRANSPORTES DE PESSOAL		0.00		0.00
6253 TRANSPORTE DE MERCADORIAS		0.00		0.00
626 SERVIÇOS DIVERSOS	39,438.26	33,572.83	30,644.14	-2,928.69
6261 RENDAS E ALUGUERES	3,640.48	4,534.78	6,046.79	1,512.02
6262 COMUNICAÇÃO	3,839.05	3,800.00	3,275.93	-524.07
6263 SEGUROS	5,257.95	3,428.05	1,239.25	-2,188.80
6265 CONTENCIOSO E NOTARIADO		50.00		-50.00
6266 DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO	166.20	50.00	11.13	-38.87
6267 LIMPEZA, HIGIENE E CONFORTO	1,195.71	2,400.00	1,113.11	-1,286.89
6268 OUTROS SERVIÇOS	25,338.87	19,310.00	18,957.93	-352.07

Do quadro anterior, constata-se que a rubrica de fornecimentos e serviços externos ficou abaixo do orçamentado em 14.457,96 euros. A rubrica honorários, foi a que mais contribuiu para este desvio.

Quadro n.º 7 Rendimentos e Ganhos (Executado vs. Orçamentado)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PREVISIONAIS Descrição	Execução 2016	Orçamento 2017	Execução 2017	Execução Variação
Rendimentos e ganhos				
71 Vendas	208.60	5,700.00	0.00	-5,700.00
72 Prestações de serviços	94,203.35	113,535.30	86,870.59	-26,664.71
73 Variações nos inventários da produção	0.00	0.00	0.00	0.00
74 Trabalhos para a própria entidade	0.00	0.00	0.00	0.00
75 Subsídios, doações e legados à exploração	238,151.55	238,031.80	242,955.03	4,923.23
76 Reversões	0.00	0.00	0.00	0.00
77 Ganhos por aumentos de justo valor	0.00	0.00	0.00	0.00
78 Outros rendimentos e ganhos	13,730.64	5,972.40	11,143.51	5,171.11
79 Juros, dividendos e outros rendimentos	1,603.39	160.00	158.71	-1.29
Totais Classe	347,897.53	363,399.50	341,127.84	-22,271.66

O total de rendimentos e ganhos previstos, em sede de orçamento, para o exercício de 2017 foi de 363.399,50 euros. O realizado foi de 341.127,84 euros.

Relativamente ao orçamento, regista-se um desvio negativo de 22.271,66 euros.

Quadro n.º 8 Vendas e Prestações de Serviços (Executado vs. Orçamentado)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PREVISIONAIS RENDIMENTOS		Execução 2016	Orçamento 2017	Execução 2017	Desvio 2017
71	VENDAS	208.60	5,700.00	0.00	-5,700.00
715	MATERIAIS DE CONSUMO	208.60	5,700.00	0.00	-5,700.00
7153	MATERIAL DE REPRESENTAÇÃO E PROPAGANDA	208.60	5,700.00		-5,700.00
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	94,203.35	113,535.30	86,870.59	-26,664.71
722	QUOTIZAÇÕES E JOIAS	567.00	2,400.00	2,340.92	-59.08
725	MENSALIDADES	71,368.15	61,535.30	68,287.74	6,752.44
726	ASSINATURAS	4,947.38	5,000.00	3,746.97	-1,253.03
727	PUBLICIDADE	17,320.82	32,000.00	12,494.96	-19,505.04
728	OUTROS		12,600.00		-12,600.00

A rubrica de prestações de serviços registou um total de 86.870,59 euros e um desvio negativo de 26.664,71 euros, isto é, não ultrapassou o orçamentado.

Quadro n.º 9 Subsídios à Exploração (Executado vs. Orçamentado)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PREVISIONAIS RENDIMENTOS		Execução 2016	Orçamento 2017	Execução 2017	Desvio 2017
75	SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	238,151.55	238,031.80	242,955.03	31,246.18
751	SUBSÍDIOS DOS ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	202,862.03	216,001.80	207,960.05	18,281.20
7511	SEGURANÇA SOCIAL	185,736.96	174,895.20	200,513.42	25,618.22
7512	IEFP	9,056.62	10,106.60	2,769.58	-7,337.02
7513	ALARGAMENTO HORARIO		5,000.00		
7514	MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO (PROG. EXPANSÃO)		10,000.00		
7515	AUTARQUIAS	8,068.45	16,000.00	4,677.05	
752	SUBSÍDIOS DE OUTRAS ENTIDADES	35,289.52	22,030.00	34,994.98	12,964.98
7521	CONTRATOS PROGRAMA		0.00		0.00
7522	PATROCINIOS	5,400.00	10,300.00	11,085.88	785.88
7523	DONATIVOS	29,889.52	11,730.00	23,909.10	12,179.10

Do quadro anterior, constata-se que a rubrica de subsídios à exploração ficou acima do orçamentado em 31.246,18 euros.

Quadro n.º 10 Outros Rendimentos e Ganhos (Executado vs. Orçamentado)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PREVISIONAIS RENDIMENTOS		Execução 2016	Orçamento 2017	Execução 2017	Desvio 2017
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	13,730.64	5,972.40	11,143.51	5,171.11
781	RENDIMENTOS SUPLEMENTARES				
782	DESCONTOS DE PRONTO PAGAMENTO	3.15	10.00	22.06	12.06
787	RENDIMENTOS E GANHOS INVEST.NÃO FINANCEIROS		0.00		0.00
7871	ALIENAÇÕES				
788	OUTROS	13,727.49	5,962.40	11,121.45	5,159.05

Do quadro anterior, constata-se que a rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos ultrapassou o orçamentado em 5.171,11 euros.

Balanço Analítico

Gira Sol - Associação de Desenvolvimento de Febres

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO

Unidade Monetária:

RUBRICAS	Notas	Datas	
		2017	2016
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	22,307.33	489,472.99
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	6	13,759.02	68,092.45
Investimentos financeiros		251.10	217.49
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		36,317.45	557,782.93
Ativo corrente			
Inventários	7	3,119.32	3,264.01
Créditos a receber	8	52,705.41	80,564.45
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros Entes Públicos	14		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros ativos correntes	9	16,058.60	7,974.70
Diferimentos	10	1,689.29	30,445.09
Outros Ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	11	172,445.27	189,096.33
Subtotal		246,017.89	311,344.58
Total do Ativo		282,335.34	869,127.51
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12	300,000.00	300,000.00
Excedentes técnicos			
Reservas	12	117,961.55	117,961.55
Resultados transitados	2,12	(188,223.93)	(6,997.61)
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais	12	9,166.10	326,912.84
Resultado Líquido do período		1,932.45	9,484.98
Total do fundo do capital		240,836.17	747,361.76
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outros passivos não correntes			
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	13	1,095.15	2,337.50
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos	14	7,772.60	7,267.52
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	10	56.60	17,566.83
Outros passivos correntes	15	32,574.82	94,593.90
Outros passivos financeiros			
Subtotal		41,499.17	121,765.75
Total do passivo		41,499.17	121,765.75
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		282,335.34	869,127.51

Demonstração dos Resultados por Natureza

*GIRA Sol – Associação de Desenvolvimento de Febres
Praça Florindo José Frota, n.º 17, Apartado 79
3061-906 Febres
Registada como IPSS (DR n.º 176-III Série, de 01.08.2003)*

Gira Sol - Associação de Desenvolvimento de Febres

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	16	86,870.59	94,411.95
Subsídios, doações e legados à exploração	16	242,955.03	238,151.55
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(17,438.55)	(15,976.10)
Fornecimentos e serviços externos	17	(74,083.37)	(83,697.36)
Gastos com o pessoal	18	(237,974.44)	(229,068.80)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	12,19	11,143.51	13,730.64
Outros gastos e perdas	20	(1,393.16)	(2,762.32)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		10,079.61	14,789.56
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5,6	(8,305.87)	(6,907.97)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1,773.74	7,881.59
Juros e rendimentos similares obtidos	21	158.71	1,603.39
Juros e gastos similares suportados			
Resultados antes de impostos		1,932.45	9,484.98
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		1,932.45	9,484.98

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Gira Sol - Associação de Desenvolvimento de Febres

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Unidade Monetária:Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODO	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		115,819.81	94,294.11
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(65,055.61)	(103,419.26)
Pagamentos ao pessoal		(269,426.95)	(215,773.29)
Caixa gerada pelas operações		(218,662.75)	(224,898.44)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		207,421.59	236,917.59
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(11,241.16)	12,019.15
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(5,535.00)	(2,264.78)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		(33.61)	(76.80)
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		158.71	1,603.39
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(5,409.90)	(738.19)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(16,651.06)	11,280.96
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	11	189,096.33	177,815.37
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	172,445.27	189,096.33

Anexo

1. Identificação da Entidade

A Gira Sol - Associação de Desenvolvimento de Febres é uma instituição particular de solidariedade social (DR n.º 176-III Série, de 01.08.2003) com sede na Vila de Febres, Concelho de Cantanhede, Distrito de Coimbra. Esta Associação presta desde 2002, relevantes e continuados serviços à comunidade onde se insere através da dinamização de uma Creche e de um Jardim de Infância, da promoção de Jornal e da valorização de diversas equipas de atletismo e basquetebol.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras do período de 2016 foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos Ativos e Passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os Ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos Ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os Ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos Ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada Ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de Ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os “Ativos intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os Ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta, o qual corresponde a 3 anos. O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o Ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado Ativo para este Ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4. Clientes e outros ativos correntes

Os “Clientes” e as “Outros ativos correntes” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

3.2.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.6. Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos Ativos após dedução dos Passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos

termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC. As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.9. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas

pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.2.10. Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Cáritas cumpre todas as condições para o receber.

Os subsídios ao investimento atribuídos a fundo perdido estão reconhecidos em balanço numa rubrica “Fundos Patrimoniais” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada período, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2.11. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa e depósitos ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, nomeadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

3.2.12. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

3.2.13. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

3.2.14. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2.15. Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que foram reconhecidos nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e situações equivalentes de outras entidades do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas. No seguimento da conclusão das obras do Pavilhão Multiusos e uma vez que a titularidade deste será pertença definitiva do Município, foram desconhecidos neste exercício os valores a ele afetos.

5. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos indicados, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.395,12	-	-	-	-	1.395,12
Equipamento básico	89.167,51	3.690,00	-	-	-	92.857,51
Equipamento de transporte	55.115,09	-	-	-	-	55.115,09
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	9.032,37	-	-	-	-	9.032,37
Outros Ativos fixos tangíveis	841,93	1.845,00	-	-	-	2.686,93
Outros Ativos fixos tangíveis	464.394,79	-	(464.394,79)	-	-	-
Total	619.946,81	5.535,00	(464.394,79)	-	-	161.087,02
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.395,12	-	-	-	-	1.395,12
Equipamento básico	69.858,27	2.612,22	-	-	-	72.470,49
Equipamento de transporte	50.608,70	4.506,39	-	-	-	55.115,09
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	7.769,80	572,32	-	-	-	8.342,12
Outros Ativos fixos tangíveis	841,93	614,94	-	-	-	1.456,87
Total	130.473,82	8.305,87	-	-	-	138.779,69

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.395,12	-	-	-	-	1.395,12
Equipamento básico	88.737,51	430,00	-	-	-	89.167,51
Equipamento de transporte	55.115,09	-	-	-	-	55.115,09
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	7.197,59	1.834,78	-	-	-	9.032,37
Outros Ativos fixos tangíveis	841,93	-	-	-	-	841,93
Outros Ativos fixos tangíveis	464.394,79	-	-	-	-	464.394,79
Total	617.682,03	2.264,78	-	-	-	619.946,81
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.255,59	139,53	-	-	-	1.395,12
Equipamento básico	68.168,55	1.689,72	-	-	-	69.858,27
Equipamento de transporte	46.102,30	4.506,40	-	-	-	50.608,70
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	7.197,48	572,32	-	-	-	7.769,80
Outros Ativos fixos tangíveis	841,93	-	-	-	-	841,93
Total	123.565,85	6.907,97	-	-	-	130.473,82

6. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos indicados, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
<i>Goodwill</i>	13.759,02	-	-	-	-	13.759,02
Projectos de Desenvolvimento	54.333,43	-	(54.333,43)	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	68.092,45	-	(54.333,43)	-	-	13.759,02
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
<i>Goodwill</i>	13.759,02	-	-	-	-	13.759,02
Projectos de Desenvolvimento	54.333,43	-	-	-	-	54.333,43
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	68.092,45	-	-	-	-	68.092,45
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

7. Inventários

Em 31 de Dezembro dos períodos indicados a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017
Mercadorias	3.415,68		-	3.109,08		-	3.043,35
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	85,07	15.739,36	-	154,93	17.293,86	-	75,97
Produtos Acabados e Intermediários	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	3.500,75	15.739,36	-	3.264,01	17.293,86	-	3.119,32
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				15.976,10			17.438,55
Variações nos inventários da produção				-			-

8. Créditos a receber

A 31 de Dezembro dos períodos indicados, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c	52.705,41	114.444,73
Clientes	52.705,41	114.444,73
Utentes	-	-
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes factoring	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	-	33.880,28
Clientes	-	33.880,28
Utentes	-	-
Total	52.705,41	80.564,45

Perdas por Imparidade do período

Descrição	2017	2016
Clientes		33.880,28
Utentes	-	-
Total	-	33.880,28

9. Outros ativos correntes

A 31 de Dezembro dos períodos indicados, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Adiantamentos ao pessoal	3,976.42	581.16
Adiantamentos a Fornecedores	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-
Outros	-	-
Outros Devedores	12,082.18	7,393.54
Subsídios a Receber	-	-
Outros	-	7,393.54
Perdas por Imparidade	-	-
Total	16,058.60	7,974.70

10. Diferimentos

A 31 de Dezembro dos períodos indicados, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Seguros	1,689.29	23.62
Outros	-	30,421.47
...	-	-
Total	1,689.29	30,445.09
Rendimentos a reconhecer		
Assinaturas	56.60	56.60
Prestação Serviços	-	13,881.25
Quotas (associados)	-	-
Outras	-	3,628.98
Total	56.60	17,566.83

11. Fundos Patrimoniais

A 31 de Dezembro dos períodos indicados, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos	300.000,00	-	-	300.000,00
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	117.961,55	-	-	117.961,55
Resultados transitados	(6.997,61)	-	(181.226,32)	(188.223,93)
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	326.912,84	-	(317.746,74)	9.166,10
Total	737.876,78	-	(498.973,06)	238.903,72

Descrição	Saldo em 01-Jan-2016	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2016
Fundos	300.000,00	-	-	300.000,00
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	117.961,55	-	-	117.961,55
Resultados transitados	(36.282,28)	29.284,67	-	(6.997,61)
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	332.415,24	-	(5.502,40)	326.912,84
Total	714.094,51	29.284,67	(5.502,40)	737.876,78

12. Fornecedores

A 31 de Dezembro dos períodos indicados, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	1,095.15	2,337.50
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	1,095.15	2,337.50

13. Estado e Outros Entes Públicos

A 31 de Dezembro dos períodos indicados, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	-	-
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	898.05	1,056.12
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	2,020.82	1,426.58
Segurança Social	4,853.73	4,784.82
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	7,772.60	7,267.52

14. Outros passivos correntes

A 31 de Dezembro dos períodos indicados, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Clientes	-	-	-	-
Pessoal	-	-	-	861.94
Remunerações a pagar	-	-	-	861.94
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	31,626.82	-	34,683.59
Remunerações a liquidar	-	31,626.82	-	34,683.59
Outros acréscimos	-	-	-	-
Outros credores	-	948.00	-	59,048.37
Outros credores	-	948.00	-	59,048.37
...	-	-	-	-
Total	-	32,574.82	-	94,593.90

15. Rédito

Em 31 de Dezembro dos períodos indicados foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas		208.60
Prestação de Serviços	86,870.59	94,203.35
Quotizações e Joias	2,340.92	567.00
Mensalidades	68,287.74	71,368.15
Assinaturas	3,746.97	4,947.38
Publicidade	12,494.96	17,320.82
Outros		
...	-	-
Royalties	-	-
Dividendos		
Total	86,870.59	94,411.95

Descrição	2017	2016
Subsídios, doações e legados à exploração	238,277.98	238,151.55
Segurança Social	200,513.42	185,736.96
IEFP	2,769.58	9,056.62
Outras Entidades	34,994.98	43,357.97
Total	238,277.98	238,151.55

16. Fornecimentos e serviços externos

A 31 de Dezembro dos períodos indicados, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	6,283.09	2,471.00
Serviços especializados	17,806.89	20,671.76
Materiais	3,256.99	6,845.89
Energia e fluidos	15,252.51	14,005.95
Deslocações, estadas e transportes	839.75	264.50
Serviços diversos	30,644.14	39,438.26
Rendas e alugueres	6,046.79	3,640.48
Comunicação	3,275.93	3,839.05
Seguros	1,239.25	5,257.95
Contencioso e notariado		-
Despesas de representação	11.13	166.20
Limpeza, higiene e conforto	1,113.11	1,195.71
Outros serviços	18,957.93	25,338.87
...	-	-
Total	74,083.37	83,697.36

17. Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 foi de 19.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	193,149.42	188,881.56
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	126.00	
Encargos sobre as Remunerações	42,290.26	39,184.44
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1,193.40	397.80
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	1,215.36	605.00
Total	237,974.44	229,068.80

18. Outros rendimentos e ganhos

A 31 de Dezembro dos períodos indicados, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos		3.15
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos	11,143.51	13,727.49
Total	11,143.51	13,730.64

19. Outros gastos e perdas

A 31 de Dezembro dos períodos indicados, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	307.80	447.51
Descontos de pronto pagamento concedidos	43.51	50.38
Divídas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	1,041.85	2,264.43
Total	1,393.16	2,762.32

20. Resultados financeiros

Nos períodos dos períodos indicados foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	-	-
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	158.71	1,603.39
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	158.71	1,603.39
Resultados financeiros	158.71	1,603.39

21. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

22. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.